

SEÇÃO ARTIGOS

A EDUCAÇÃO BRASILEIRA E O PENSAR GEOGRÁFICO: reflexões sobre o ensino de Geografia e o Novo Ensino Médio

BRAZILIAN EDUCATION AND GEOGRAPHIC THINKING: reflections on Geography teaching and new high school

LA EDUCACIÓN BRASILEÑA Y EL PENSAMIENTO GEOGRÁFICO: reflexiones sobre la enseñanza de Geografía y la nueva enseñanza media

 [Bruna Gabriele de Oliveira Araújo](#)¹

Universidade Estadual do Ceará (UECE),
Ceará, Brasil
E-mail: bgoa.geo@gmail.com

 [Antônio Kinsley Bezerra Viana](#)²

Universidade Estadual do Ceará (UECE),
Ceará, Brasil
E-mail: antonio.viana1@prof.ce.gov.br

Resumo

A educação brasileira passou por algumas mudanças nas últimas décadas, superando abordagens e práticas pedagógicas meramente conteudistas e descritivas para atuar como um importante instrumento de transformação social e formação cidadã. Em vista disso, o Estado passa a ver a educação como ferramenta imprescindível para a superação dos problemas sociais brasileiros. Nesse contexto, a Geografia atuou de modo a colaborar na instrução dos alunos, auxiliando no desenvolvimento de uma melhor compreensão de mundo e na concepção de novos valores e de um senso crítico, contribuindo ativamente para o desenvolvimento da educação brasileira. Atualmente, sob os novos parâmetros propostos pela BNCC e instituídos através do Novo Ensino Médio, a Geografia é relegada a um outro patamar, sendo vista como apenas um componente das ciências humanas. Este artigo busca refletir sobre os caminhos que seguiram a educação brasileira e a geografia escolar, tratando das adversidades a serem superadas pela Geografia e seus professores.

Palavras-chave

Ensino de Geografia; BNCC; Novo Ensino Médio

¹ Mestre em Geografia pela Universidade Estadual do Ceará – UECE. Professora da Rede de educação privada. Fortaleza – Ceará.

² Doutor em Geografia pela Universidade Estadual do Ceará – UECE. Professor da Rede de Ensino Básico do Ceará. Fortaleza – Ceará

AO CITAR ESTE TRABALHO, UTILIZAR A SEGUINTE REFERÊNCIA:

OLIVEIRA, Bruna Gabrielle Araújo; VIANA, Antônio Kinsley Bezerra. A educação brasileira e o pensar geográfico: reflexões sobre o ensino de Geografia e o Novo Ensino Médio. **Revista Ensaio de Geografia**. Niterói, vol. 8, nº 16, pp. 14-31, janeiro-abril de 2022.

Submissão em: 29/08/2021. Aceito em: 01/04/2022

ISSN: 2316-8544



Este trabalho está licenciado com uma licença Creative Commons

Ensaio de Geografia

Essays of Geography | POSGEO-UFF

Abstract

Brazilian education has undergone some changes in recent decades, overcoming pedagogical approaches and practices that were merely content and descriptive to act as an important instrument of social transformation and civic education. In view of this, the State began to perceive education as an indispensable tool for overcoming Brazil's social problems. In this context, Geography worked in collaborating with the instruction of students, assisting in the development of a better understanding of the world and in the conception of new values and critical sense, contributing actively to the development of Brazilian education. Currently, under the new parameters proposed by BNCC and instituted through the New High School, Geography is relegated to another level, being seen only as a component of the human sciences. This article seeks to reflect on the paths that followed Brazilian education and school geography, dealing with the adversities to be overcome by Geography and its teachers.

Keywords

Geography Education; BNCC; New High School

Resumen

La educación brasileña ha sufrido algunos cambios en las últimas décadas, superando enfoques y prácticas pedagógicas meramente conteudistas y descriptivas para actuar como un importante instrumento de transformación social y formación ciudadana. En vista de ello, el Estado pasa a ver la educación como herramienta imprescindible para la superación de los problemas sociales brasileños. En ese contexto, la Geografía actuó de modo a colaborar en la instrucción de los alumnos, auxiliando en el desarrollo de una mejor comprensión del mundo y en la concepción de nuevos valores y de un sentido crítico, contribuyendo activamente al desarrollo de la educación brasileña. Actualmente, bajo los nuevos parámetros propuestos por la BNCC e instituidos a través de la Nueva Enseñanza Media, la Geografía es relegada a otro nivel, siendo vista como solo un componente de las ciencias humanas. Este artículo busca reflexionar sobre los caminos que siguieron la educación brasileña y la geografía escolar, tratando de las adversidades a ser superadas por la Geografía y sus profesores.

Palabras-clave

Enseñanza de Geografía; BNCC; Nueva Enseñanza Secundaria

AO CITAR ESTE TRABALHO, UTILIZAR A SEGUINTE REFERÊNCIA:

OLIVEIRA, Bruna Gabrielle Araújo; VIANA, Antônio Kinsley Bezerra. A educação brasileira e o pensar geográfico: reflexões sobre o ensino de Geografia e o Novo Ensino Médio. **Revista Ensaio de Geografia**. Niterói, vol. 8, nº 16, pp. 14-31, janeiro-abril de 2022.

Submissão em: 29/08/2021. Aceito em: 01/04/2022

ISSN: 2316-8544



Este trabalho está licenciado com uma licença Creative Commons

Introdução

A educação brasileira no decorrer da sua história sempre foi marcada por inúmeros obstáculos e graves disparidades regionais. Tais problemas dificultaram por muito tempo o avanço educacional e a consolidação de uma rede nacional de ensino que permitisse o acesso à educação de forma ampla e irrestrita à nossa população. Um exemplo mais evidenciado nas escolas relaciona-se com a falta de infraestrutura e poucos investimentos na capacitação dos docentes.

Apesar das primeiras práticas educativas terem sido de responsabilidade da igreja católica, sendo encarregada por implantar um modelo confessional católico estruturado a partir do *Ratio Studiorum*³ jesuítico, somente com a reforma pombalina e a tentativa de modernizar a gestão pública do Estado português ocorreu a implantação de um novo modelo de “aulas régias” em Portugal e suas colônias, introduzindo as concepções iluministas de ensino, idealizando uma educação universal, laica e moderna. Infelizmente, tal modelo acabou se mostrando inviável no Brasil por falta de investimentos e profissionais habilitados, dificultando o letramento e a educação formal para a maioria da população. Apesar desses contratempos, tal reforma e seus ideais influenciaram a consolidação do modelo liberal para o ensino que se perpetuou desde então.

A educação tradicional influenciada pelos ideais iluministas tratou de universalizar o ensino ao mesmo tempo que buscava proporcionar uma sólida e extensa base teórica. O professor assume o pilar central do processo de aprendizagem porque é ele quem planeja as atividades e organiza o vasto conteúdo, relegando ao aluno uma ação secundária, sendo visto como um receptáculo do conhecimento, refletindo uma educação enciclopédica e acrítica, características primordiais desse tipo de ensino. Menezes e Kaercher (2015) complementam que as tendências de práticas tradicionais perduram e as mudanças no ensino ocorrem lentamente, como visto no trecho a seguir:

[...]predominam práticas pedagógicas tradicionais, conteudistas e reprodutivistas nas instituições educativas. Este ensino conservador, ainda

³ *Ratio studiorum* - conjunto de normas que regulamentava o ensino nos colégios jesuíticos. Sua finalidade era estruturar os métodos, atividades e funções em todas as esferas do processo educativo (Saviani, 2011).

AO CITAR ESTE TRABALHO, UTILIZAR A SEGUINTE REFERÊNCIA:
OLIVEIRA, Bruna Gabrielle Araújo; VIANA, Antônio Kinsley Bezerra. A educação brasileira e o pensar geográfico: reflexões sobre o ensino de Geografia e o Novo Ensino Médio. *Revista Ensaio de Geografia*. Niterói, vol. 8, nº 16, pp. 14-31, janeiro-abril de 2022. Submissão em: 29/08/2021. Aceito em: 01/04/2022

ISSN: 2316-8544



Este trabalho está licenciado com uma licença Creative Commons

Ensaio de Geografia

Essays of Geography | POSGEO-UFF

hegemônico nas salas de aula, é oriundo da própria história do ensino escolar. Ou seja, o ensino escolar moderno passou por uma evolução lenta, assim como o processo de profissionalização da docência[...]. (MENEZES, KAERCHER, 2015, p. 40)

Apesar de todos esses entraves, no início do século XX se consolidaram novos ideários pedagógicos, provocando intensas reformas no sistema educacional brasileiro, influenciando suas ações durante muitas décadas. O movimento Escola Nova, sistematizado no Brasil a partir do Manifesto dos Pioneiros da Educação e estruturado em meados de 1932, tinha por objetivo garantir uma educação capaz de ajudar no desenvolvimento epistêmico e analítico dos alunos, na medida que os preparava para serem membros de uma sociedade moderna, fomentando os meios intelectuais e morais para que os jovens fossem capazes de cumprir os seus deveres cívicos e profissionais para com a nação. Para Santos et al. (2006), a Escola Nova contribuiu consideravelmente com a educação brasileira, deixando alguns legados importantes, entre eles: dar voz aos estudantes, possibilitando que estes participem ativamente no processo educativo; e trazer para as instituições escolares a perspectiva de um pensamento científico e autônomo.

Com a Lei de Diretrizes e Bases (LDB) de 1971 e as reformas subsequentes, o ensino foi tratado como um agente de desenvolvimento e transformação social. As práticas educativas foram orientadas a permitir a “autorrealização do educando”, a “qualificação para o trabalho” e o “exercício consciente da cidadania” (BRASIL, 1971). Na prática, as escolas foram obrigadas a oferecer um ensino tecnicista de modo a atender as demandas nacionais. Tal proposta pedagógica muitas vezes era implantada nas escolas de forma autoritária e desvinculadas do contexto social (MENEZES, 2001). Nesse contexto, o sistema educacional não conseguiu atingir os resultados esperados e a educação continuava pautada numa concepção conteudista e no uso excessivo dos livros didáticos e dos manuais, limitando o potencial criativo e educacional de professores e alunos.

A Constituição Federal de 1988 e a posterior promulgação da LDB para a Educação, em 1996, veio para modernizar essa compreensão pedagógica, propondo novas tendências pedagógicas para o ensino básico, buscando não apenas a formação do aluno, mas também artifícios para superar os graves problemas estruturais e sociais que

AO CITAR ESTE TRABALHO, UTILIZAR A SEGUINTE REFERÊNCIA:
OLIVEIRA, Bruna Gabrielle Araújo; VIANA, Antônio Kinsley Bezerra. A educação brasileira e o pensar geográfico: reflexões sobre o ensino de Geografia e o Novo Ensino Médio. **Revista Ensaio de Geografia**. Niterói, vol. 8, nº 16, pp. 14-31, janeiro-abril de 2022. Submissão em: 29/08/2021. Aceito em: 01/04/2022

ISSN: 2316-8544



Este trabalho está licenciado com uma licença Creative Commons

Ensaio de Geografia

Essays of Geography | POSGEO-UFF

permeiam o sistema educacional brasileiro. Apesar do Estado brasileiro compreender a educação como um dos agentes que fomentariam as mudanças necessárias para o desenvolvimento da nossa sociedade (SAVIANI, 1999), ainda se encontram obstáculos na educação, que vão desde o processo de ensino até a formação dos professores. De acordo com Algebaile (2013) os déficits são muitos, e vão desde:

A falta de escolas ou de salas nas escolas existentes, a insuficiência de professores para o atendimento das turmas constituídas, a alocação de turmas em instalações inadequadas e provisórias, a falta de transporte escolar, a irregularidade na realização das jornadas escolares e dos anos letivos, a descontinuidade na oferta dos diferentes anos, etapas e níveis de ensino, são alguns dos aspectos desse déficit [...]. (ALGEBAIL, 2013, p. 204).

A formação curricular do aluno na educação básica seria concebida de modo a colaborar na construção de uma consciência cidadã, permitindo que esses desenvolvessem uma capacidade analítica e crítica da realidade, bem como do conteúdo escolar, fomentando, dessa forma, o surgimento de habilidades e competências capazes de prepará-los para um mundo do trabalho dinâmico e globalizado, no qual os vários setores da sociedade exigem profissionais competentes, proativos e versáteis em diferentes áreas do conhecimento (BRASIL, 1997, p. 34).

A evolução da educação brasileira é percebida no desenvolvimento da geografia escolar e na compreensão da sua importância para os educandos. Apesar da disciplina, no início do século XX, ser vista como meramente descritiva, expondo as características socioespaciais do território brasileiro, já era notório as mudanças que a Geografia deveria realizar no âmbito escolar e a importância do professor e da sua formação acadêmica para explorar o potencial da disciplina na formação do educando, a fim de superar um ensino mecanizado, por exemplo. Tal fato fica demonstrado com a afirmativa de Pierre Monbeig (1957):

A maior parte do público culto tem uma ideia mais ou menos exata do que são a biologia, a geologia, a economia ou a sociologia, o mesmo público não acompanha o progresso das ciências geográficas, quando não ignora a sua existência. Para uns a geografia é confundida com narrativas dos viajantes; um geógrafo é um explorador, a rigor um cartógrafo; traz das suas viagens narrativas agradáveis de ouvir-se, sobretudo se tem a habilidade de ilustrá-las com belas imagens. Para outros, talvez numerosos, a geografia é uma lembrança extremamente penosa de sua infância. [...] Se são corretos esses dois modos de ver, é claro que a geografia é inútil, quando não perigosa; é um

AO CITAR ESTE TRABALHO, UTILIZAR A SEGUINTE REFERÊNCIA:

OLIVEIRA, Bruna Gabrielle Araújo; VIANA, Antônio Kinsley Bezerra. A educação brasileira e o pensar geográfico: reflexões sobre o ensino de Geografia e o Novo Ensino Médio. *Revista Ensaio de Geografia*. Niterói, vol. 8, nº 16, pp. 14-31, janeiro-abril de 2022. Submissão em: 29/08/2021. Aceito em: 01/04/2022

ISSN: 2316-8544



Este trabalho está licenciado com uma licença Creative Commons

Ensaio de Geografia

Essays of Geography | POSGEO-UFF

absurdo ensiná-la, mais ainda praticá-la, e torna-se urgente fechar também os departamentos de geografia das faculdades de Filosofia e instituições como o Conselho nacional de Geografia! A menos que consigamos mostrar que a geografia contribui para o enriquecimento das mentes jovens e a sua formação. A menos que possamos mostrar a sua utilidade num mundo onde toda e qualquer ciência é também uma técnica, onde toda pesquisa leva a dar um instrumento útil à coletividade. É mister, portanto, estabelecer o valor da geografia no ensino e determinar sua utilidade como moderno instrumento de trabalho (MONBEING, 1957, p. 5).

Com os constantes questionamentos sobre as atribuições da Geografia enquanto ciência e disciplina escolar, ocorreram ao longo do século XX algumas ressignificações das bases conceituais e analíticas, surgindo formas diferentes de compreensão do mundo, levando os professores a repensarem o propósito da disciplina e o modo como os conteúdos deveriam ser abordados para melhor atender à formação dos estudantes. Essas mudanças permitiram a compreensão das espacialidades e suas diversas relações e escalas, tornando-se uma importante ferramenta metodológica para o ensino de geografia, possibilitando que os alunos desenvolvessem um pensamento espacial e um raciocínio geográfico (LIMA, 2010).

Um exemplo está no que chamamos de geografia crítica, na qual a abordagem analítica passou a questionar as contradições existentes no espaço globalizado, evidenciando as transformações espaciais e as desigualdades socioeconômicas. Tal corrente de pensamento, que surgiu no final de 1970, passou a influenciar tanto a geografia acadêmica quanto a forma que a disciplina era trabalhada nas escolas.

A geografia escolar deixa de ter um foco meramente descritivo e quantitativo das paisagens e dos processos ali existentes para propor uma interpretação crítica e analítica das realidades que são cotidianamente evidenciadas aos alunos brasileiros. A disciplina assumia o papel de esclarecer às crianças e jovens os processos existentes nos territórios e como essas lógicas imprimiam determinadas características espaciais e porventura agravavam as contradições econômicas e sociais (VLACH, 2008).

O ensino de geografia passa a apreciar tal abordagem nas aulas, colaborando para a formação de cidadãos questionadores. O espaço geográfico passa a ser visto como uma construção social, refletindo as características das sociedades que o estruturam.

AO CITAR ESTE TRABALHO, UTILIZAR A SEGUINTE REFERÊNCIA:
OLIVEIRA, Bruna Gabrielle Araújo; VIANA, Antônio Kinsley Bezerra. A educação brasileira e o pensar geográfico: reflexões sobre o ensino de Geografia e o Novo Ensino Médio. **Revista Ensaio de Geografia**. Niterói, vol. 8, nº 16, pp. 14-31, janeiro-abril de 2022. Submissão em: 29/08/2021. Aceito em: 01/04/2022

ISSN: 2316-8544



Este trabalho está licenciado com uma licença Creative Commons

A valorização do pensamento geográfico na educação brasileira

O ensino de geografia, assim, como a própria ciência geográfica, avançou com o propósito de colaborar no desenvolvimento de uma consciência cidadã plena, capaz de analisar criticamente os diversos problemas sociais e econômicos inerentes ao espaço geográfico, observando suas causas, e principalmente, as consequências decorrentes desses processos. Para Cavalcanti (1999):

Admitindo-se que o objetivo mais geral do ensino de Geografia é o de desenvolver o pensamento autônomo dos alunos do ponto de vista do raciocínio geográfico, tem-se considerado importante organizar os conteúdos de ensino com base em conceitos básicos e relevantes, necessários à apreensão do espaço geográfico. A ideia é a de que se deve encaminhar o trabalho com os conteúdos geográficos e com a construção de conhecimentos para que os cidadãos tenham uma consciência da espacialidade das coisas, nas coisas, nos fenômenos que eles vivenciam mais diretamente ou que eles vivenciam enquanto humanidade (CAVALCANTI, 1999, p. 132).

Em vista disso, o conhecimento geográfico foi considerado com um importante valor para a instrução dos alunos ao longo da sua vida acadêmica. A geografia enquanto disciplina escolar passa a tomar proporções extraclasse, pois o professor de geografia ao compreender a realidade dos seus alunos conseguia inseri-los em um contexto geográfico, aproximando-os das suas realidades socioespaciais. Conforme Santos (2010, p. 25), essa nova perspectiva não se ampara em uma geografia meramente descritiva, para ele “os novos tempos dão lugar a uma realidade vivida pelo educando e a sua situação nesse contexto.”

Tal processo permitiu a estruturação de novas competências, associadas aos preceitos das outras disciplinas, permitindo uma maior autonomia dos alunos e diversificação da sua base intelectual e cultural, princípios essenciais para pautar suas ações e análises diante de um mundo globalizado. Esses elementos estabelecem o importante papel da geografia para a formação dos alunos, e, por conta disso, os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) do Ensino Médio afirmam que:

O aluno do século XXI terá na ciência geográfica importante fonte para sua formação como cidadão que trabalha com novas ideias e interpretações em escalas onde o local e o global definem-se numa verdadeira rede que comunica

AO CITAR ESTE TRABALHO, UTILIZAR A SEGUINTE REFERÊNCIA:

OLIVEIRA, Bruna Gabrielle Araújo; VIANA, Antônio Kinsley Bezerra. A educação brasileira e o pensar geográfico: reflexões sobre o ensino de Geografia e o Novo Ensino Médio. **Revista Ensaio de Geografia**. Niterói, vol. 8, nº 16, pp. 14-31, janeiro-abril de 2022. Submissão em: 29/08/2021. Aceito em: 01/04/2022

ISSN: 2316-8544



Este trabalho está licenciado com uma licença Creative Commons

Ensaio de Geografia

Essays of Geography | POSGEO-UFF

peças, funções, palavras, ideias. Assim compreendida, a Geografia pode transformar possibilidades em potencialidades (re)construindo o cidadão brasileiro (BRASIL, 1998, p. 31).

Nesse sentido, a geografia atua como um elemento que fomenta o surgimento e a compreensão de novas ideias e informações sobre o espaço geográfico, além das dinâmicas que nele se instalam, integrando diversas metodologias e saberes de outras áreas da ciência.

Sabendo das potencialidades que a geografia permite, os PCN's propiciaram a integração dos conhecimentos e das disciplinas afins. Consequentemente, os conteúdos da geografia foram estruturados através de eixos temáticos, além de temas transversais que devem perpassar por todas as áreas. Essa ação permite uma maior interdisciplinaridade e contextualização entre as disciplinas e seus conteúdos, permitindo, assim, o surgimento de novas técnicas voltadas para o ensino e a aprendizagem (COSTA E LOPES, 2009).

Os PCN's recomendam que o ensino de geografia seja focado na valorização dos conceitos-chave como instrumentos capazes de auxiliar os estudantes nas análises do espaço geográfico. Para tanto, os PCN's devem ser trabalhados de forma que permitam uma análise mais complexa das ações humanas na superfície terrestre. Sendo assim, ao se trabalhar conceitos como paisagem, território, lugar, entre outras categorias de análise utilizadas na geografia, é possível interagir com outras áreas do conhecimento, construindo uma visão integrada do espaço geográfico e dos diferentes modos de interação sociedade-natureza, colaborando no desenvolvimento de novos valores, normas, atitudes e condutas dos educandos, e na compreensão das informações e suas realidades (ARESI, 2018).

Pensando na complexa e diversificada rede educacional brasileira, na qual é possível perceber características distintas nas escolas e nas suas abordagens, em que cada vivência determina a organização de um conjunto distinto de práticas educacionais para se adequar ao cotidiano escolar das comunidades e, ainda, buscando respeitar as singularidades de cada unidade educacional, foi elaborado um conjunto de diretrizes para estabelecer uma base curricular comum para o sistema educacional do país, orientando as

AO CITAR ESTE TRABALHO, UTILIZAR A SEGUINTE REFERÊNCIA:

OLIVEIRA, Bruna Gabrielle Araújo; VIANA, Antônio Kinsley Bezerra. A educação brasileira e o pensar geográfico: reflexões sobre o ensino de Geografia e o Novo Ensino Médio. **Revista Ensaio de Geografia**. Niterói, vol. 8, nº 16, pp. 14-31, janeiro-abril de 2022. Submissão em: 29/08/2021. Aceito em: 01/04/2022

ISSN: 2316-8544



Este trabalho está licenciado com uma licença Creative Commons

Ensaio de Geografia

Essays of Geography | POSGEO-UFF

ações e as propostas pedagógicas, de modo a atender a multiplicidade das demandas nacionais.

Os PCN's tiveram o intuito de minimizar as dificuldades em se trabalhar os conteúdos e as práticas educativas, orientando as temáticas e conseqüentemente a bagagem teórica, ao passo que se estruturava um conjunto de saberes para colaborar na formação dos estudantes, respeitando suas realidades e os projetos político-pedagógicos das escolas. Dessa forma, possibilitando uma maior autonomia aos professores e alunos no processo de ensino-aprendizado, bem como as instituições para o desenvolvimento de valores que envolvessem a comunidade, criando objetivos comuns a serem alcançados, gerando conseqüentemente vínculos que extrapolavam o ambiente escolar.

Contando com base ampla de informações e envolvendo conteúdos gerais e específicos, foram estruturados a partir de 1997 as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN's). Esse documento foi organizado em componentes e dividido por áreas do conhecimento e temas transversais, buscando integrar e complementar a formação escolar. No caso das ciências humanas, as temáticas relacionadas à geografia e à história foram direcionadas para se trabalhar assuntos que explorassem as características físicas e naturais do espaço, além das características culturais, políticas e econômicas da sociedade contemporânea, dando ênfase à realidade brasileira (ARESI, 2018).

Apesar das diretrizes que permitiram um direcionamento nas condutas pedagógicas e dos conteúdos, houve a necessidade da implantação da Base Nacional Comum Curricular para dar continuidade às políticas educacionais articuladas nos documentos anteriores. Para isso, foi preciso vincular e sistematizar interesses e propostas educacionais, além de estabelecer novas diretrizes para a educação básica. Sua função é estabelecer parâmetros para uma base curricular comum para todo o sistema educacional, respeitando as especificidades regionais, inerentes a cada realidade.

No entanto, a BNCC não é apenas um currículo comum regulamentado a toda a rede educacional brasileira. É a estrutura que norteará os princípios nos quais as redes municipais, estaduais e particulares irão organizar seus currículos de acordo com suas

AO CITAR ESTE TRABALHO, UTILIZAR A SEGUINTE REFERÊNCIA:

OLIVEIRA, Bruna Gabrielle Araújo; VIANA, Antônio Kinsley Bezerra. A educação brasileira e o pensar geográfico: reflexões sobre o ensino de Geografia e o Novo Ensino Médio. **Revista Ensaio de Geografia**. Niterói, vol. 8, nº 16, pp. 14-31, janeiro-abril de 2022. Submissão em: 29/08/2021. Aceito em: 01/04/2022

ISSN: 2316-8544



Este trabalho está licenciado com uma licença Creative Commons

Ensaio de Geografia

Essays of Geography | POSGEO-UFF

especificidades, permitindo que os alunos desenvolvam o conjunto de habilidades e competências para consolidar sua formação acadêmica e cidadã.

Nesse contexto, a BNCC traça um conjunto de objetivos a serem alcançados no processo de aprendizagem e no consequente desenvolvimento dos estudantes, estabelecendo metas a serem cumpridas a cada ano do ensino básico. Para atingi-las, deve haver a interação direta entre: os planos de aulas, currículos, Projetos Políticos Pedagógicos (PPP's) e a BNCC, garantindo, assim, a estruturação das habilidades e competências que venham a colaborar no desenvolvimento da cidadania e para o mundo do trabalho.

No caso da geografia, a BNCC busca implementar um conjunto de valores que permita aos educandos estruturar um pensamento espacial e um raciocínio geográfico em todas as etapas do ensino, como por exemplo nos anos iniciais do ensino fundamental, nos quais uma das preocupações principais refere-se a valorizar e problematizar as vivências e experiências individuais e familiares trazidas pelos alunos, de forma lúdica; por meio de trocas, da escuta e de falas sensíveis dentro dos mais diversos ambientes educativos.

Além de cooperar no processo de construção da identidade, auxiliando na compreensão e no fortalecimento das relações socioespaciais, a geografia, portanto, deve entre outras coisas, atuar como uma ferramenta capaz de vincular o sujeito ao espaço que o circunda, criando conexões que garantam aos jovens o aprofundamento dos conhecimentos sobre si, sua comunidade e o mundo que os cerca.

Na BNCC, a geografia é demonstrada como a ciência que consegue auxiliar os estudantes na compreensão do mundo em que habitam, como um ser atuante e que deverá entender as diferentes realidades vivenciadas no planeta. Hoje, este documento destaca-se, pois aborda a geografia de diferentes formas e olhares. Além disso, a Geografia contribui estimulando o “raciocínio espaço-temporal”, revelando o homem como agente produtor do espaço e como suas ações historicamente afetaram a sociedade e o local onde ele atua (LIMA, 2020).

AO CITAR ESTE TRABALHO, UTILIZAR A SEGUINTE REFERÊNCIA:
OLIVEIRA, Bruna Gabrielle Araújo; VIANA, Antônio Kinsley Bezerra. A educação brasileira e o pensar geográfico: reflexões sobre o ensino de Geografia e o Novo Ensino Médio. **Revista Ensaio de Geografia**. Niterói, vol. 8, nº 16, pp. 14-31, janeiro-abril de 2022. Submissão em: 29/08/2021. Aceito em: 01/04/2022

ISSN: 2316-8544



Este trabalho está licenciado com uma licença Creative Commons

Ensaio de Geografia

Essays of Geography | POSGEO-UFF

Embora a BNCC reconheça a importância da geografia para a base curricular, a estruturação dos conteúdos em grandes áreas do conhecimento, buscando garantir a interdisciplinaridade das temáticas, apenas colabora para a perda das identidades das disciplinas escolares, estreitando o currículo e a colaboração das múltiplas abordagens científicas que cada área específica do saber pode mostrar. Com base nisso, Lima (2020) ressalta:

Preocupa a retirada da identidade das disciplinas com o discurso da interdisciplinaridade porque pode permitir que todo professor formado “em qualquer componente curricular que acompanha as Ciências Humanas poderá ministrar aulas, independentemente de sua formação inicial – aqui estaria uma grande tragédia!”. As Ciências Humanas imprimiram uma leitura social à BNCC de Geografia, que já fazia parte da abordagem utilizada no ensino de Geografia. (LIMA, 2020, p. 18).

A unificação das disciplinas em grandes áreas do conhecimento parece uma ação contraditória, ao passo que os diversos documentos do Ministério da Educação (MEC) preconizam a importância do conhecimento geográfico e dos seus conteúdos para a formulação de componentes necessários para o desenvolvimento de uma educação moderna e cidadã, limita-se o potencial colaborativo das ciências geográficas para a formação dos alunos, pois uma parte significativa dos conteúdos que não se enquadram na área humana foram ignorados ou propostos de forma parcial.

O Novo Ensino Médio e os possíveis efeitos sobre a Geografia Escolar

Atualmente, a educação brasileira passa por mais uma reformulação, organizando-se de acordo com as mudanças propostas pela BNCC e articulando-se para ser implantada gradualmente a partir de 2022, cujo processo foi definido como “Novo Ensino Médio”. Essa nova fase da educação brasileira carrega consigo um misto de anseios: auxiliar o aluno a ter uma autonomia em escolher as disciplinas que são de maior interesse, permitindo um maior protagonismo na sua formação acadêmica.

Para melhor espacialização temporal, ressalta-se que a BNCC da educação infantil e do ensino fundamental foi aprovada em dezembro de 2017. Já a BNCC destinada para o ensino médio foi interrompida drasticamente por meio da Medida Provisória nº 746, na qual se propôs o Novo Ensino Médio. Por sua vez, esta Medida

AO CITAR ESTE TRABALHO, UTILIZAR A SEGUINTE REFERÊNCIA:
OLIVEIRA, Bruna Gabrielle Araújo; VIANA, Antônio Kinsley Bezerra. A educação brasileira e o pensar geográfico: reflexões sobre o ensino de Geografia e o Novo Ensino Médio. **Revista Ensaio de Geografia**. Niterói, vol. 8, nº 16, pp. 14-31, janeiro-abril de 2022. Submissão em: 29/08/2021. Aceito em: 01/04/2022

ISSN: 2316-8544



Este trabalho está licenciado com uma licença Creative Commons

Ensaio de Geografia

Essays of Geography | POSGEO-UFF

Provisória foi aprovada impositivamente em 8 de novembro de 2018 no Conselho Nacional de Educação, sem a apreciação dos especialistas acadêmicos e a devida participação da sociedade civil, causando revoltas e mobilizações em vários setores da educação (CORRÊA e GARCIA, 2018).

Nesse âmbito, a atual reforma consentiu que as disciplinas fossem agrupadas em áreas, visando a construção de habilidades e competências específicas a cada bloco. Esses conhecimentos ainda seriam aprimorados pelos Itinerários Formativos correspondentes, apesar da proposta indicar a construção de conteúdos, possibilitando o direcionamento do currículo, adaptando-o às demandas da comunidade escolar, e a possibilidade de introduzir também uma formação técnica que colaborasse para a instrução profissional, através da ampliação da carga horária em tempo integral. Conforme nos mostram Costa e Silva (2019):

As principais alterações promovidas na LDB (Lei nº 9.394/96) pela reforma do ensino médio são: a ampliação da carga horária anual, de 800 para 1.400 horas; a inclusão obrigatória pela BNCC referente ao ensino médio de estudos e práticas de educação física, arte, sociologia e filosofia; e a obrigatoriedade do ensino da língua portuguesa e da matemática nos três anos do ensino médio. Os currículos do ensino médio deverão levar em conta a formação integral do aluno, de maneira a adotar um trabalho voltado para a construção de seu projeto de vida e para sua formação nos aspectos físicos, cognitivos e socioemocionais. O currículo do ensino médio será composto da BNCC e de itinerários formativos, que deverão ser organizados por meio da oferta de diferentes arranjos curriculares, conforme a relevância para o contexto local e a possibilidade dos sistemas de ensino, também consideradas áreas do conhecimento, [...] A substituição da histórica organização curricular disciplinar por itinerários formativos específicos, com ênfase em cinco áreas do conhecimento e sem a obrigatoriedade da área de ciências sociais, atende a funções utilitaristas, como a formação para um possível mercado de trabalho, subsumindo sobretudo a função de formação para a cidadania, prevista em legislações anteriores (COSTA; SILVA, 2019, p. 8).

Essa reestruturação provocou alguns problemas ao supervalorizar um caráter funcionalista da educação, buscando atender demandas políticas e socioeconômicas, em detrimento aos ideais de desenvolvimento social. De modo a possibilitar a ocorrência da supressão de conteúdos e valores que permitiriam um maior entendimento da realidade e da construção da cidadania.

AO CITAR ESTE TRABALHO, UTILIZAR A SEGUINTE REFERÊNCIA:
OLIVEIRA, Bruna Gabrielle Araújo; VIANA, Antônio Kinsley Bezerra. A educação brasileira e o pensar geográfico: reflexões sobre o ensino de Geografia e o Novo Ensino Médio. **Revista Ensaio de Geografia**. Niterói, vol. 8, nº 16, pp. 14-31, janeiro-abril de 2022. Submissão em: 29/08/2021. Aceito em: 01/04/2022

ISSN: 2316-8544



Este trabalho está licenciado com uma licença Creative Commons

Ensaio de Geografia

Essays of Geography | POSGEO-UFF

Na prática, ao subdividir os conteúdos por áreas gerais do conhecimento, não há distinção de qual disciplina/professor trabalhará determinadas competências e habilidades, tornando esse fato prejudicial para o aluno. Afinal, cada disciplina, mesmo sendo de áreas comuns da ciência, tem formas diferenciadas de compreender as temáticas e a própria realidade socioespacial.

Como um professor que não seja das ciências geográficas, mesmo tendo uma formação na "área das humanidades", trabalhará corretamente os conceitos-chave da geografia? Tal fato ocorre constantemente com os professores com formação em pedagogia que atuam como polivalentes, abrindo precedentes para lacunas que por vezes são mantidas ao longo da formação do estudante.

Atualmente algumas escolas já estão aderindo gradativamente ao Novo Ensino Médio em sua grade curricular. Com isso, surgem alguns questionamentos: a geografia será desvalorizada? A disciplina de Geografia, não obrigatória, continuará exercendo um papel de destaque no processo de construção de cidadãos críticos e conscientes da sua realidade socioespacial? Muitos são os receios com a implantação desse novo modelo. Parte deles provém do fato que durante o ensino médio serão obrigatórias apenas as disciplinas de língua portuguesa, inglês e matemática. Em vista disso, Chagas et al. afirmam:

Esta nova base se constitui em um conjunto de mudanças estruturais no currículo do Ensino Médio, cujo espaço concedido à Geografia demonstra tamanha desvalorização pela disciplina e seu conjunto de saberes, posto que a mesma se dilui em meio a História, Sociologia e Filosofia. Isto é, a disciplina perde seu caráter obrigatório como componente curricular, e corresponde à área das Ciências Humanas e Sociais aplicadas (CHAGAS et al., 2019, p. 132).

Da mesma maneira, o desenvolvimento de habilidades e competências, fundamentado na organização de áreas do conhecimento, na qual a geografia encontra-se dentro das Ciências Humanas e Sociais Aplicadas, provoca uma fragmentação analítica no processo de aprendizagem.

Isso acontece porque a capacidade de explicar o espaço humanizado e natural de forma integrada é cerceado com a separação por área, visto que tanto à base física da geografia deveria dialogar com componentes das áreas de Ciências da Natureza e suas

AO CITAR ESTE TRABALHO, UTILIZAR A SEGUINTE REFERÊNCIA:

OLIVEIRA, Bruna Gabrielle Araújo; VIANA, Antônio Kinsley Bezerra. A educação brasileira e o pensar geográfico: reflexões sobre o ensino de Geografia e o Novo Ensino Médio. *Revista Ensaio de Geografia*. Niterói, vol. 8, nº 16, pp. 14-31, janeiro-abril de 2022. Submissão em: 29/08/2021. Aceito em: 01/04/2022

ISSN: 2316-8544



Este trabalho está licenciado com uma licença Creative Commons

Ensaio de Geografia

Essays of Geography | POSGEO-UFF

Tecnologias quanto a geografia humana poderia se apropriar de vários tópicos das Linguagens e Códigos, o que não ocorre no processo atual de organização curricular. Dificultando, assim, a capacidade do professor de geografia em explicar o espaço geográfico de forma integrada e dos alunos em compreendê-lo na perspectiva das ciências geográficas.

Em 2021, como essa sistemática ainda se encontra em um período de “teste”, em alguns casos a geografia é mantida com o seu caráter obrigatório, contudo, com sua carga horária um pouco maior. Geralmente, a grade curricular da geografia é de duas horas/aula por semana. Com a implementação do Novo Ensino Médio, há a sugestão de se aumentar a carga horária para três horas/aula por semana, ou compor disciplinas temáticas para auxiliar nos itinerários formativos, e, assim, atender a nova demanda.

Em meio a um período pandêmico, as escolas viram uma boa oportunidade para testar como se comportaria a grade curricular com as mudanças. É importante destacar que, além da opção da escolha pelas disciplinas a serem cursadas pelos alunos, haverá uma complementação com os itinerários formativos, nos quais serão abordados assuntos interdisciplinares. Foi identificado que algumas editoras nomeiam esses itinerários formativos; no caso, o atrelado à geografia, por exemplo, chama-se: Observatório Geográfico.

O que teremos que vivenciar e descobrir ao mesmo tempo é que nível de maturidade os alunos possuem para escolher as disciplinas a serem cursadas. Levando em conta esses e outros questionamentos, Chagas et al. (2019) reitera as seguintes afirmativas:

Quem terá condições de escolher exatamente qual itinerante deseja seguir? Pensando na questão financeira administrativa das escolas públicas estaduais, quais e quais I.F. elas conseguiram oferecer? As diferenças entre a rede pública e a rede privada estão sendo levadas em consideração? O campo de escolha profissional do jovem pobre não ficará limitado em virtude da sua geografia? (CHAGAS et al, 2019, p. 13).

Com todas as adversidades vivenciadas, e tendo em vista as disparidades entre as instituições públicas e privadas de ensino, até que ponto esta reforma do ensino médio será eficaz? Será que existirá uma aproximação dos conteúdos com a realidade dos alunos? Para Corrêa e Garcia (2018):

AO CITAR ESTE TRABALHO, UTILIZAR A SEGUINTE REFERÊNCIA:
OLIVEIRA, Bruna Gabrielle Araújo; VIANA, Antônio Kinsley Bezerra. A educação brasileira e o pensar geográfico: reflexões sobre o ensino de Geografia e o Novo Ensino Médio. **Revista Ensaio de Geografia**. Niterói, vol. 8, nº 16, pp. 14-31, janeiro-abril de 2022. Submissão em: 29/08/2021. Aceito em: 01/04/2022

ISSN: 2316-8544



Este trabalho está licenciado com uma licença Creative Commons

Ensaio de Geografia

Essays of Geography | POSGEO-UFF

[...] essas alterações seriam uma resposta às novas demandas profissionais do mercado de trabalho, pois segundo o próprio governo, o novo modelo de EM permitiria que cada jovem seguisse o seu caminho profissional, através de suas escolhas e de sonhos, independente se fosse para continuar seus estudos no nível superior, ou se fosse para obter uma formação e inserir-se no mundo do trabalho. (CORRÊA; GARCIA, 2018, p. 609).

Ao observar o que é proposto com tais mudanças, é notório que surjam resquícios da antiga educação tecnicista, na qual se procura produzir apenas “técnicos” e pouco se preocupa em formar cidadãos. Como utilizado para divulgação da reforma do ensino médio, o *slogan*: “Quem conhece, aprova”, será mesmo aprovado e efetivo na vida dos discentes, enquanto pessoas críticas e futuros profissionais?

Conclusão

O Ensino de Geografia e suas práticas antecederam à própria Geografia Acadêmica no Brasil, pois na história da educação brasileira está registrado a introdução da Disciplina de Geografia na grade curricular do Colégio Pedro II em meados de 1837, enquanto o primeiro curso surgiu somente em 1934, na USP (CHAGAS et al. 2019). Nesse meio termo, tanto a geografia escolar e suas práticas educativas quanto a geografia acadêmica passaram por relevantes mudanças, deixando de ser um conhecimento meramente descritivo das paisagens e das características regionais brasileiras para se tornar uma ciência/disciplina capaz de analisar o espaço geográfico enquanto construção social, revelando o homem como agente produtor e transformador da paisagem e como suas ações historicamente afetaram a sociedade e o local onde ele atua (SANTOS, 2014).

Por conta dessas competências, o MEC reconhece a importância da geografia e do pensar geográfico para o processo de formação dos alunos, ratificando a sua relevância em vários documentos citados anteriormente. Os desafios da geografia escolar vão além de prover meios pedagógicos que permitam aos alunos a evolução de um pensamento geográfico, capaz de analisar criticamente um mundo globalizado em permanente transformação. A geografia assume, nesse contexto, uma natureza ainda mais significativa, pois auxilia na formação de cidadãos questionadores e conscientes da realidade brasileira, contribuindo para superar um conjunto de problemas estruturais,

AO CITAR ESTE TRABALHO, UTILIZAR A SEGUINTE REFERÊNCIA:
OLIVEIRA, Bruna Gabrielle Araújo; VIANA, Antônio Kinsley Bezerra. A educação brasileira e o pensar geográfico: reflexões sobre o ensino de Geografia e o Novo Ensino Médio. **Revista Ensaio de Geografia**. Niterói, vol. 8, nº 16, pp. 14-31, janeiro-abril de 2022. Submissão em: 29/08/2021. Aceito em: 01/04/2022

ISSN: 2316-8544



Este trabalho está licenciado com uma licença Creative Commons

Ensaio de Geografia

Essays of Geography | POSGEO-UFF

conjunturais e ideológicos que afetam não só o ensino de geografia, mas a educação brasileira em sua totalidade.

E, se considerarmos as desigualdades sociais brasileiras e as condições da grande maioria da população, a educação é, por vezes, a única oportunidade que milhares de jovens têm para agregar conhecimento, culturas e habilidades, e por fim, superar as dificuldades e as condições degradantes da vida.

É possível observar em pleno século XXI a existência de problemas históricos a serem superados pela educação brasileira, e ainda hoje não foram devidamente solucionados. Dentre eles podemos mencionar: a falta de investimentos, sejam estruturais ou salariais, ou na contínua oferta de uma base técnica-pedagógica sólida aos profissionais da educação.

Devemos mencionar ainda a indispensabilidade do acesso a uma formação de qualidade e que possa ser continuamente aperfeiçoada para aprimorar os conhecimentos e as práticas pedagógicas. Conforme Dias, Machado e Nunes (2009), a formação dos professores deve ser tratada como uma garantia para superar antigos modelos e práticas educacionais.

Contudo, com a implementação do Novo Ensino Médio, é colocado em questionamento o quão eficaz será essa reforma, tendo em vista que são evidenciados alguns resquícios de um sistema educacional antigo, arrisca-se dizer, oriundo de uma vertente tecnicista e funcionalista, preocupada apenas em gerar trabalhadores com baixa formação e sem consciência crítica e de classe que possam ser cooptados pelo liberalismo econômico.

A educação, enquanto agente de formação cidadã e desenvolvimento social, está sendo contida em detrimento dos direitos e garantias educacionais duramente conquistados ao longo dos anos. Tudo isso, em nome de uma pseudo-interdisciplinaridade do conhecimento que despreza conteúdos e divisões disciplinares tradicionais para impositivamente tentar construir habilidades e competências que venham moldar os alunos à nova realidade que se apresenta. Contudo, o preço para a educação brasileira e professores pode ser demasiadamente alto.

AO CITAR ESTE TRABALHO, UTILIZAR A SEGUINTE REFERÊNCIA:

OLIVEIRA, Bruna Gabrielle Araújo; VIANA, Antônio Kinsley Bezerra. A educação brasileira e o pensar geográfico: reflexões sobre o ensino de Geografia e o Novo Ensino Médio. **Revista Ensaio de Geografia**. Niterói, vol. 8, nº 16, pp. 14-31, janeiro-abril de 2022. Submissão em: 29/08/2021. Aceito em: 01/04/2022

ISSN: 2316-8544



Este trabalho está licenciado com uma licença Creative Commons

Ensaio de Geografia

Essays of Geography | POSGEO-UFF

Com isso, existem muitas dúvidas em relação a como será esta nova realidade em escolas públicas e privadas, tendo em vista que os alunos formados dentro dessas instituições, geralmente, possuem e saem com objetivos de vida diferentes. Engendra-se a necessidade da defesa de uma educação universal, que respeite as diversidades e as pluralidades regionais e locais, e contrarie interesses obtusos desvinculados da realidade e do compromisso social e transformador da educação, tão defendido pela Constituição Federal de 1988 e a LDB nº 9.394/96.

Referências Bibliográficas

ALGEBAILLE, E. A expansão escolar em reconfiguração. **Revista Contemporânea de Educação**, v. 8, n. 15, 2013.

ANDREIS, A. M. **Ensino de geografia: fronteiras e horizontes**. Porto Alegre: Compasso Lugar-Cultura, 2012. p.215.

ARESI, C. A geografia e as bases legais: PCNS, DCNS E BNCC. **Anais do XXXV Encontro Estadual de Geografia: “A diversidade da geografia e a geografia da diversidade nas primeiras décadas do século XXI”**. 2018.

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. **Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971**. Brasília: MEC/CONGRESSO NACIONAL, 1971.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais: geografia** /Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1998.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais: introdução aos parâmetros curriculares nacionais** / Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1997.

CAVALCANTI, L. S. Propostas Curriculares de Geografia no Ensino: algumas referências de análise. **Revista Terra-Livre**, n. 14. p.14, 1999.

CHAGAS, G. de S; SILVA, M. S; SIQUEIRA, P. H. D. A Geografia e o “Novo Ensino Médio”: Uma análise curricular. In: CAMPONES, K.C.C. **A interlocução de saberes na formação docente**. Ponta Grossa: Atena Editora, 2019. p. 253.

CORRÊA, S. de S; GARCIA, S. R. de O. Novo Ensino Médio: Quem conhece aprova! Aprova?. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, v. 13, n. 2. p. 604-622, 2018.

AO CITAR ESTE TRABALHO, UTILIZAR A SEGUINTE REFERÊNCIA:

OLIVEIRA, Bruna Gabrielle Araújo; VIANA, Antônio Kinsley Bezerra. A educação brasileira e o pensar geográfico: reflexões sobre o ensino de Geografia e o Novo Ensino Médio. **Revista Ensaio de Geografia**. Niterói, vol. 8, nº 16, pp. 14-31, janeiro-abril de 2022. Submissão em: 29/08/2021. Aceito em: 01/04/2022

ISSN: 2316-8544



Este trabalho está licenciado com uma licença Creative Commons

Ensaio de Geografia

Essays of Geography | POSGEO-UFF

COSTA, H. H. C; LOPES, A. C. Políticas de currículo para o ensino de geografia: uma leitura a partir dos PCNs para o ensino médio. **Revista Contemporânea de Educação**; v. 4, n. 7, p. 201-221, 2009.

COSTA, M. de O; SILVA, L. A. Educação e democracia: Base Nacional Comum Curricular e novo ensino médio sob a ótica de entidades acadêmicas da área educacional. **Revista Brasileira de Educação** v. 24. p. 1-23, 2019.

DIAS, A. A; MACHADO, C. J. dos S; NUNES, M. L da S. CURRÍCULO, FORMAÇÃO DOCENTE E DIVERSIDADE SOCIOCULTURAIS. In: **Educação, Direitos Humanos e Inclusão: currículo, formação docente e diversidade socioculturais**. DIAS, A. A; MACHADO, C. J. S; NUNES, M. L. S. João Pessoa: Editora da Universitária da UFPB, 2009. p.284.

GHIRARDELLI JUNIOR, P. **História da educação brasileira**. São Paulo: Editora Cortez, 2006.

MELO, A. de; URBANETZ, S. T. **Fundamentos de didática**. Curitiba: Ibepex, 2008, p. 186.

MENEZES, E. T. Verbete pedagogia tecnicista. **Dicionário Interativo da Educação Brasileira - EducaBrasil**. São Paulo: Midiamix Editora, 2001. Disponível em <<https://www.educabrasil.com.br/pedagogia-tecnicista/>>. Acesso em: 03 jul. 2021.

MENEZES, V, S; KAERCHER, N. A. A formação docente em geografia: por uma mudança de paradigma científico. **Giramundo**, v. 2, n. 4, p. 47 - 59, 2015.

SANTOS, I. S. F. PRESTES, R. I. VALE, A. M. Brasil, 193-1961: Escola Nova, LDB e disputa entre escola pública e escola privada. **Revista HISTEDBR On-line**, n.22, p.131 -149, 2006.

SANTOS, M. Geografia: além do professor?. **GEOgraphia**, v.13, n.25. p. 7-15. 2011.

SANTOS, M. **Metamorfoses do Espaço Habitado**: Fundamentos Teóricos e Metodológicos da Geografia. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2014. p. 136.

SANTOS, R. M. R. dos; SOUZA, M. L. de. **O ensino de geografia e suas linguagens**. Curitiba: Ibepex, 2010, p.55.

SAVIANI, D. **Política e educação no Brasil: o papel do Congresso Nacional na legislação do ensino**. Campinas: Autores Associados, 1999, p. 208.

SAVIANI, D. História das ideias pedagógicas no Brasil. 3. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2011.

AO CITAR ESTE TRABALHO, UTILIZAR A SEGUINTE REFERÊNCIA:

OLIVEIRA, Bruna Gabrielle Araújo; VIANA, Antônio Kinsley Bezerra. A educação brasileira e o pensar geográfico: reflexões sobre o ensino de Geografia e o Novo Ensino Médio. **Revista Ensaio de Geografia**. Niterói, vol. 8, nº 16, pp. 14-31, janeiro-abril de 2022. Submissão em: 29/08/2021. Aceito em: 01/04/2022

ISSN: 2316-8544



Este trabalho está licenciado com uma licença Creative Commons